



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)**

**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)**

**DJIBRIL CÁ**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL EM GUINÉ-BISSAU**

**REDENÇÃO-CE**

**2017**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA (UNILAB)**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)**

**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)**

**DJIBRIL CÁ**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL EM GUINÉ-  
BISSAU**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

**Orientadora:** Professora Dra. Silviana Fernandes Mariz.

REDENÇÃO-CE

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Apesar de tantas dificuldades e de tantos sofrimentos que me abalaram ao longo desta caminhada tão difícil, perante os sucessivos acontecimentos que marcaram a minha vida, cheia de lágrimas e incertezas, nunca desisti de prosseguir para realizar os meus sonhos.

Por esta ocasião, gostaria de agradecer a Deus, todo-poderoso, pela força e determinação e pelo acompanhamento que me tem dado, para que eu possa suportar o peso enorme de falecimento da minha irmã mais velha e da doença da minha mãe.

Agradeço aos meus familiares, em especial, aos meus pais, que, por meio da vontade de Deus, cuidaram de mim durante o meu crescimento humano e acadêmico. Sempre eles me ensinavam que ser humilde, respeitoso, tolerante e obediente é o melhor segredo do sucesso para a aprendizagem. Portanto, mediante este processo da educação básica dos meus pais, admito, honestamente, que sem eles seria impossível para mim aprender a vencer várias barreiras até ao ponto de saber lidar com as dificuldades da vida.

Agradeço e reconheço, no fundo do meu coração, á minha orientadora Silviana Fernandes Mariz, pela maneira tão sábia e encorajadora que aceitou me acolher e acompanhar durante o processo de trabalho deste projeto de pesquisa; sendo assim, confesso corajosamente com toda honra que ela merece todos os meus elogios. Ainda, agradeço-lhe pela sua disposição e sabedoria para me fazer superar e vencer obstáculos no aprendizado.

Agradeço também à professora Artemisa Odila Candé Monteiro, que, através da sua coragem e competência, ministrou a disciplina “Tópicos em História da Guiné-Bissau”, a partir da qual me inspirei na escolha do tema de pesquisa; e também aceitou prontamente participar da banca avaliadora do presente projeto de pesquisa. Agradeço-lhe pelo esforço do dia-a-dia em estar sempre ao lado dos estudantes estrangeiros, em particular, dos guineenses, aconselhando e ensinando para que possamos aprender a lidar com as diferenças. Espero que Deus dê-lhe coragem de continuar nos orientando não só em salas de aula, mas também fora dela.

Além disso, reconheço o apoio do professor Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, por estar sempre ao nosso lado ajudando-nos com o desejo de aprendermos algo. Admiro-o tanto, pois em qualquer momento e lugar sempre está disponível para atender aos estudantes.

Agradeço ainda ao professor Carlos Subuhuana por sua contribuição, por seus conselhos, pelo encorajamento que me deu no percurso deste trabalho e, finalmente, por ter aceitado participar da banca de avaliação desse projeto.

Também sou grato a muitos camaradas pelo apoio e incentivo, em especial, à Abdulai Danfá e à Joselino Guimarães pela contribuição e pelas experiências académicas compartilhadas – ambos são pessoas com quem aprendi muito. Agradeço aos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste projeto de pesquisa.

Por outro lado, agradeço a todos que contribuíram financeiramente para minha viagem ao Brasil, particularmente, ao presidente da República da Guiné-Bissau, Doutor José Mário Vaz; ao Engenheiro António Avelino Cabral; ao Engenheiro Malam Cassama e ao deputado Joãozinho Djú.

Agradeço também ao governo liderado pelo Engenheiro Domingos Simões Pereira pela concessão do carimbo de autenticação de documentos académicos do Ministério de Negócio Estrangeiro. Agradeço ao governo da República Federativa do Brasil e à reitoria da UNILAB pela oportunidade e pelo apoio que me deram para que eu possa permanecer aqui no Brasil continuando os meus estudos.

Ademais, agradeço ao pastor Zinho, da Igreja Evangélica de Bôr, pelo apoio que me deu organizando para mim um culto de despedida.

Enfim, agradeço mais uma vez à minha família pelo apoio moral contínuo ajudando no meu crescimento académico, contribuindo para que eu possa servir futuramente a sociedade guineense e a sociedade em geral.

Que o senhor todo-poderoso abençoe a todos!

## DEDICATÓRIA

Dedico, primeiramente, este projeto de pesquisa à memória da minha amável irmã Helena Cá, falecida em 25 de Abril do ano 2017, logo no início do meu último semestre de conclusão de curso.

À memória de Fernando Nanque, irmão, falecido em Dezembro de 2013. Igualmente, à memória do meu pai, Lamba Cá, falecido em 2009, quem me deu asas para voar e enxergar grandes altitudes do mistério da vida.

À Francisca Bill Vieira, mãe, amável, modesta, humilde de coração, cuidadosa, determinada e corajosa; para ser sincero, faltam-me palavras para te descrever a pessoa que ela é, apesar da distância, acredito que a sua presença na minha vida é algo importantíssimo. A minha família abençoada Djieva Djibril Cá filha, Eva Nanque Cá esposa e Otiniela Djibril Cá filha. Dedico também, aos meus irmãos Mário Cá, Paulo Cá, Maximiano Cá, Félix Cá e Juelsom Cá.

A todos e em particular aos meus colegas estudantes estrangeiros (as) que passaram pela mesma perda irreversível e pelo sofrimento indesejável deixando os seus países de origem com intuito de estudar.

**RESUMO:** O presente projeto de pesquisa aqui apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) intitulado: “O Processo de Formação do Estado Nacional na Guiné-Bissau”, tem como objetivo principal compreender o processo de formação do Estado Nacional em Guiné-Bissau, problematizando como a diversidade étnica existente anteriormente no território que veio a se constituir como sendo Estado Nacional da Guiné-Bissau participou nesse processo; identificar as influências externas para a formação do Estado guineense e compreender o contexto pelo qual se deu o surgimento do nacionalismo guineense. Ancorada no debate teórico de autores como AMADO (2006); CARVALHO (2009; 2015); CANDÉ MONTEIRO (2013); EMBALÓ (2008); MANÉ (1988); BULL (1988); CARDOSO, MACAMO E PESTANA (2002); SEMEDO (2011) e TEIXEIRA (2008; 2015), a abordagem deste estudo privilegia os desdobramentos históricos de um dos momentos políticos mais importantes na história recente do continente africano. A metodologia a ser utilizada nesta pesquisa encontra-se pautada principalmente na revisão bibliográfica, que envolverá a identificação e a leitura de documentos oficiais, de livros, de teses, dissertações, bem como de artigos publicados em revistas acadêmicas-científicas de circulação no Brasil e em Guiné-Bissau cuja temática aborda o processo de formação do Estado. É de salientar que este método vai nos permitir identificar que olhares, interpretações, abordagens, expectativas políticas e imposições de modelos explicativos vêm sendo construídos por diferentes estudiosos da temática, não apenas guineenses que, uma vez investidos de suas respectivas formações e filiações teórico-políticas, imprimiram modelos interpretativos que vêm orientando a reflexão não apenas externa, mas sobretudo internamente em Guiné-Bissau.

**Palavras-Chave:** Guiné-Bissau; Estado-Nação; Diversidades Étnicas; Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC).

**RESUMÉ** :Le présent projet de recherche présenté ici comme le travail de Conclusion du Cours (TCC) du baccalauréat interdisciplinaire des sciences humaines (BHU) à l'Université de l'intégration internationale lusophone afro-brésilienne (UNILAB), intitulé « Le processus de formation de l'état national en Guinée-Bissau », qu'a comme l'objectif principal de comprendre le processus de formation de l'état national en Guinée-Bissau, se demandant comment la diversité ethnique existant précédemment dans le territoire qui est venu à constituer comme l'état national de la Guinée-Bissau a participé à ce processus; identifier les influences extérieures pour la formation d'état guinéen et de comprendre le contexte dans lequel il a donné l'apparition du nationalisme guinéen. Ancré dans le débat théorique des auteurs comme AMADO (2006); CARVALHO (2009; 2015); CANDÉ MONTEIRO (2013); EMBALÒ (2008); MANÉ (1988); BULL (1988); CARDOSO, MACAMO E PESTANA (2002); SEMEDO ( 2011) et TEIXEIRA (2008 ;2015), l'approche de ces études privilégie les déroulements historiques de l'un des moments politiques les plus importants de l'histoire récente du continent africain. La méthodologie à utiliser dans cette recherche est guidé principalement dans la revision bibliographique, ce qui impliquera l'identification et la lecture des documents officiels, des livres, des thèses des dissertations bien comme d'articles publiés dans la magazine universitaires et scientifiques qui circulent au Brésil et à la Guinée-Bissau, dont le thème porte sur le processus de formation d'tat. Il convient de noter que cette méthode nous permettra d'identifier ce qui semble, les interprétations, les approches, les attentes politiques et modèles explicatifs vient d'étant construit par différents spécialistes du thème, non seulement les Bissau Guinéens, qu'une fois investi avec leurs origines et respectives affiliations théoriques politiques modèles imprimés d'interprétation qui a guidé la réflexion non seulement extérieur, mais surtout internement en Guinée-Bissau.

**Mots-clés:**

Guinée-Bissau; État-nation; Diversité Étnique ; Parti africain pour l'indépendance de la Guinée et du Cap-Vert (PAIGC).

## **LISTA DE ILUSTRAÇÃO**

1. MAPA DE GUINÉ-BISSAU
2. MAPA DE PRINCIPAIS LOCALIDADES ADMINISTRATIVAS DA GUINÉ-BISSAU.
3. TABELA DAS REGIOES E CAPITALS
4. TABELA DE SUPERFÍCIE E EXTENSÃO DE CADA REGIÃO

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

1. ADPP- Ajuda de Povo para Povo
2. ANP- Assembleia Nacional Popular
3. BHU- Bacharelado em Humanidades
4. CEDAO- Comunidade de Estados da África Ocidental
5. CFA- Comunidade Financeira Africana
6. CPLP- Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa
7. DENARP II- Documentos Estratégico Nacional da Redução da Pobreza
8. FARP- Forças Armadas Revolucionárias do Povo
9. INE- Instituto Nacional de Estatística
10. PAIGC- Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
11. PALOP- Países Africanos de Língua Portuguesa
12. SAB- Setor Autónomo de Bissau
13. TCC- Trabalho de Conclusão do Curso
14. UEMOA- União Económica e Monetária Oeste Africana
15. UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

## SUMÁRIO

01.APRESENTAÇÃO .....	11
1.1 UMA VISÃO GERAL SOBRE A GUINÉ-BISSAU: aspetos históricos, geográficos, demográficos e econômicos.....	11
02.OBJETIVOS.....	18
03.JUSTUFICATIVA.....	20
04. DELIMITAÇÃO DO OBJETO OU DO FENÔMENO A SER INVESTIGADO.....	23
05. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO:.....	24
06. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: .....	26
07. RELEVÂNCIA SOCIAL/RESULTADOS ESPERADOS .....	37
08. REFLEXÕES METODOLÓGICAS E ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ...	38
09. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	39

## **1. APRESENTAÇÃO**

### **1.1 UMA VISÃO GERAL SOBRE A GUINÉ-BISSAU: aspetos históricos, geográficos, demográficos e económicos**

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, limitada ao norte pela República do Senegal, a leste e a sul pela República da Guiné-Conacri e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Este país possui uma superfície total de 36.125 km<sup>2</sup>, e o seu conjunto populacional referente aos dados de 2009 era de 1.520.830 habitantes (INEC, 2009).

Em termos políticos, este país vem adotando o multipartidarismo desde 1994, sendo este ano considerado o marco do início da organização nacional das eleições presidenciais multipartidárias, das quais o Partido Libertador do Estado Guineense, isto é, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi reconhecido como ganhador com maioria absoluta dos votos válidos. A organização dessa eleição tinha como contexto a instituição da nova ordem jurídico-constitucional, por meio da alteração da constituição da República da Guiné-Bissau, levada a cabo a partir dos anos de 1991 a 1993, declarando os fundamentos do “Estado de Direito e da Democracia Participativa” (AMADO, 2005, p. 128).

No que diz respeito ao desenvolvimento socioeconómico, segundo o Departamento Nacional da Redução de Pobreza (DENARP), o grau do progresso humano na Guiné-Bissau permanece ainda frágil e instável. A perseverança das mudanças políticas não possibilitaram criar condições propícias para a realização das políticas públicas desejáveis e suportáveis. Esse documento mostra ainda que o país possui uma significativa capacidade da produção agrícola, destacando a produção do cajú, o cultivo de arroz, a pesca e a pecuária como bases para a sustentabilidade económica do país. Sendo assim, cerca de 85% da população guineense vive da agricultura que é reconhecida como a principal atividade empregadora no país, pois estima-se que cerca de 65% de pessoas em diferentes localidades do país nela são empregadas (DENARP, 2011, p. 25-26).

Através das informações acima citadas, percebe-se que a produção agrícola serve como alavanca cativador para a subida da economia nacional guineense, principalmente nas regiões, porque a Guiné-Bissau tem “terras férteis, chuvas e biodiversidade muito rica” (DENARP, 2011, p. 26).

Nesse contexto, segundo o DENARP (2011, p. 26), calculam-se as exportações dos produtos por volta de 98% e 4% unicamente é transformado dentro do país, e outra percentagem é levada para comercialização fora do país. Ainda, segundo os dados dessa instituição, a castanha de cajú abrange 47% da área cultivada, observando que 80% da população vive no interior do território nacional realizando a agricultura.

Além disso, informa-se que o caso de “aumento da produção é real, tendo em conta as novas plantações e o nível competitivo de rendimento (500-600kg-há), comparável aos países concorrentes como o Brasil, a Índia e o Vietnã” (DENARP, 2011, p. 26).

A Guiné-Bissau adota como moeda nacional franco CFA, que é usada pelos países da União Económica e Monetária Oeste Africano (UEMOA), organização da qual o país faz parte, sendo o único de expressão oficial portuguesa no meio de países de língua oficial francesa (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Para além disso, conforme abordagem de Carvalho (2015, p.72), Guiné-Bissau integra a Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e a Comunidade de Estados da África Ocidental (CDEAO).

Do ponto de vista linguístico, conforme abordagem de Oliveira Souza (2015, p. 9), a Guiné-Bissau é um país multilinguístico e multicultural, contando com cerca de vinte e sete grupos étnicos, que constituem o “mosaico cultural” do país. Apresentaremos, resumidamente, a descrição em percentagem dos principais grupos étnicos que constituem o país: balantas, grupo majoritário com (26%); seguidos pelos fulas (25,4%); pelos mandingas (13,7%); pelos mandjacos (9,2%); pelos pepéis (9,2%); pelos mancanhas (3,54%); pelos Beafadas (3,2%); pelos Bijagós (2,1%); pelos Felupes (1,43%). Nalús e Sossus correspondam (1,2%); e, por fim, os restantes grupos étnicos não identificados por autor, totalizam (5,3%) da população (SEMEDO 2011, p.112).

Cada uma das etnias possui sua própria língua, sendo que o crioulo (ou *kriol*) é a língua nacional do país, falada por muitos guineenses. Convém ressaltar que as línguas dos grupos étnicos acima referidos nem sempre são aceites como línguas nacionais do ponto de vista de certos pesquisadores, mas são consideradas línguas locais usadas por diversos grupos étnicos que, na verdade, pelo fato de as adotarem desde o nascimento, acabam por se constituírem em línguas maternas de muitas pessoas.

No entanto, é o português a língua oficial em Guiné-Bissau, que, conforme observa Embaló (2008, p. 101-102), é usada no ensino, na administração e nos encontros internacionais. Entretanto, apesar desse privilégio, não é reconhecida como uma língua

de comunicação nacional, porque ela representa apenas 13% dos usuários no território nacional, sendo praticada geralmente como segunda, terceira ou até quarta língua para grande quantidade dos cidadãos guineenses.

Esta autora aponta ainda que o “crioulo ou *Kriol*” é língua franca, considerada como língua nacional porque faz uma cobertura com mais articulação a nível do território guineense, sendo usada nos locais de serviços públicos, nos espaços importantes das cerimônias da alta magistratura do país, nas discussões dos deputados na Assembleia Nacional Popular (ANP) ou na Câmara dos Deputados. Também é usada, às vezes, pelos docentes em salas de aula para facilitar no processo de ensino-aprendizagem, pois ao se deparar com uma realidade marcada pelo multilinguismo, o uso do crioulo permite tornar o diálogo mais compreensivo e interativo entre todos os envolvidos no processo (EMBALÓ, 2008).

No entanto, é importante lembrar que, para a maioria dos cidadãos guineenses, tanto o português quanto o crioulo nem sempre são consideradas línguas maternas, pois certamente existem ainda outras línguas do grupo social ao qual fazem parte, como o balanta, o fula, o mandinga e o pepel, todas oriundas das línguas “nígero-congolesas”. Neste sentido, o *kriol* é considerado como língua da “unidade nacional”, e o português é entendido como língua oficial de Guiné-Bissau (EMBALÓ, 2008).

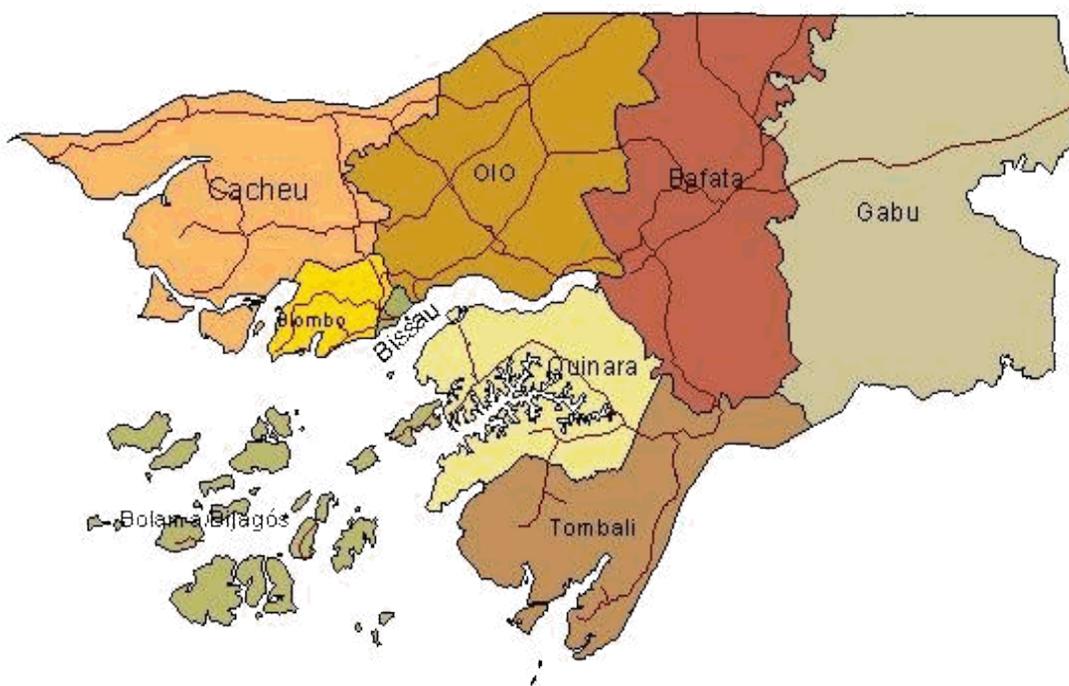
Sabendo, então, que Guiné-Bissau é um país multilinguístico, isso implica em entender que tal fato se deve, na verdade, a sua diversidade étnica que, por sua vez, só é possível de ser compreendida a partir de todo o seu processo de formação territorial. Sendo assim, é importante lembrar que do ponto de vista da constituição populacional, brancos e mestiços representam menor percentagem, sendo de 1%; ao passo que os negros correspondem a 99% dos diversos grupos étnicos. O atual território nacional guineense está dividido em oito (08) regiões, tendo um setor autónomo, de Bissau, e trinta e seis setores (36) (TEXEIRA, 2015, p.123; 129-130). Ainda, a Guiné-Bissau tem três províncias, que são: Leste, Norte e Sul, além do Setor Autónomo de Bissau (SAB) (NOMONE, 2014, p.16). Vale observar que os setores acima registrados são subdivididos em seções, que, por sua vez, estão constitutivamente ligadas às tabancas (aldeias) (INE, 2009). Assim, a gestão nas regiões é feita por administradores; já os responsáveis pela administração dos setores, subdivididos em seções, são os comitês do estado, representados por um presidente. Entretanto, nota-se uma certa dificuldade tanto nas regiões quanto nos setores guineenses no que diz respeito ao crescimento dessas

localidades, devido à falta de recursos econômicos e humanos capacitados que possam contribuir para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, conforme dados do Instituto Nacional de Estatística (2009), a grande esperança hoje para a superação desses entraves seria a realização das eleições autárquicas no país, o que, de certa forma, poderá abrir o caminho para a descentralização administrativa, dando, assim, certa autonomia regional (ou setorial) que poderá facilitar o progresso da economia e da sociedade em geral.

Em relação à situação geográfica de Guiné-Bissau, apresentamos, a seguir, o mapa do país.

Figura 01: Mapa da Guiné-Bissau.



FONTE: Acervo de Google. Disponível em: [http://www.stat-guinebissau.com/pais/organizacao\\_administrativa.htm](http://www.stat-guinebissau.com/pais/organizacao_administrativa.htm)

Conforme Pinto Bull (1989, p. 30-66), as regiões organizadas politicamente foram oficializadas em 1981 pelo Instituto Geográfico Nacional (Institut Geographique National, ING). Este autor mostra que as composições das regiões são formadas pelos seguintes setores: Bafatá, Contuboel, Bambadinca, Xitole, Cosé, Ganadú, Biombo, Safim, Prabis, Bubaque, Uno, Caravela, Cacheu, Canchungo, S.Domingos, Bigene, Bula, Caió, Gabú, Pirada, Sonaco, Pitche, Boé, Bissorã, Manssoa, Nhacra, Farim, Mansabá, Buba, Bolama, Fulacunda, Tite, Empada, Catió, Bedanda, Quebo e Cacine.

Por outro lado, é possível perceber que dada a política colonial, várias mudanças foram realizadas em relação à qual localidade sediaria a capital da Guiné-Bissau. Nessa situação, três localidades diferentes já ocuparam a função de capital guineense: Cacheu, em 1614, após a fixação dos primeiros grupos de colonizadores nessa região, tornou-se a primeira capital da “província”; sendo substituída em 1859 por Bolama que passou a cumprir com essa função administrativa até o ano de 1941, quando, finalmente, ocorreu nova transferência, passando a ser Bissau a sede do governo nacional (BULL, 1988, p.65-66).

Abaixo, são mostradas no mapa as principais localidades que foram ocupadas como importantes áreas administrativas na Guiné-Bissau:

**Figura 02: Mapa de principais localidades administrativas.**



FONTE: Acervo de Google. Disponível em: <<http://www.africa-turismo.com/imagens/mapa-guine-bissau.jpg>>. Acesso em 20/03/2017.

**Figura 03: Tabela 01 - Regiões e suas respectivas capitais.**

REGIÕES	CAPITAIS
Bafatá	Bafatá
Biombo	Quinhamel

Bolama	Bolama
Gabú	Gabú
Cacheu	Cacheu
Oio	Farim
Quinará	Buba
Tombali	Catió

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – INE, 2009. Disponível em: < <http://www.stat-guinebissau.com/>>  
Acesso em 04/04/2017.

Figura 04: Tabela 02. Extensão superficial de cada região do território nacional guineense.

<b>REGIÕES</b>	<b>EXTENSÕES SUPERFICIAIS</b>
Bafatá	5,981 Km
Biombo	838,8 Km
Bolama/Bijagós	2,624,4km
Cacheu	5.174 Km
Gabú	9,150,0 Km
Oio	5,403 Km
Quinará	3,138 Km
Tombali	3,736,5 Km
Setor Autónomo de Bissau (SAB)	77,5 Km
Total	36,125 Km

**FONTE:** Instituto Nacional de Estatística, 2009. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/>  
Acesso em 04/04/2017

É imprescindível ressaltar o importante processo histórico e social que antecedeu a formação do Estado guineense moderno. O atual território do Estado guineense, segundo Mané (1988, p.18-27), do ponto de vista histórico, pertencia a uma parte do reino de Kaabu (atual Gabú). Este autor observa ainda que, por volta do século XII, devido à

expedição, os viajantes Mandingas, provenientes do Mandé (atual Mali), tornaram-se os mais antigos habitantes desta localidade; entretanto, esse reino contava também com a presença do grupo de Guélwars, de Sine e do Salours, de Guiné Conacri, liderados por Maysa Wali Dione, chamado Mansa Wali Mané de origem de Kaabu. Apesar de terem sido numericamente menores em relação aos indígenas Baynuk e Padjadinka, tiveram uma significativa influência nesta região.

Por outro lado, segundo esse autor, naquela época, no reino de Kaabu, a comunidade Mandinga não havia assegurado a posse governativa, explicando que a liderança na Senegâmbia (que incluía o reino de Kaabu) pertencia às Muso-Manso, que significa em mandinga “rainha”. Além dos Mandigas, havia também numerosos agrupamentos sociais de diferentes etnias reconhecidos como veteranos do reino: Diolas, Balantas, Brames, Manjacos e Beafadas com exceção dos Fulas – este último grupo étnico, os fulas, não tinha o mesmo direito que os outros, sendo recebido como coabitantes desta região (MANÉ,1988).

Ainda, para este autor, no final do séc. XIII e começo do séc. XIV, Sundiata Keita, fundador do império de Mali, implementou uma reforma no aparelho administrativo do império, providenciando a descentralização federativa composto por doze províncias sob a responsabilidade de um encarregado, mas que tinha correspondência imediata com o administrador do Mali, venerando o Mansa (Rei). Os pequenos reinos que faziam parte da gerência da ordem pública do Kaabu (atual Gabú) são: Sama, Jimara, Patiana, Mana, Sankolla, Kolla, Tiaga, Kantora, Niampayo, Toumana, Propana, Badiar (MANÉ,1988).

Em 1865, com forte conflito interno, a capital de Kaabu (Kansala) entrou em ruína. Aponta-se como um dos principais desdobramentos desse acontecimento a saída de alguns grupos étnicos para outras localidades que, hoje, compõem as oito regiões administrativas da Guiné-Bissau, especificamente, no caso dos Balantas e Beafadas que ocuparam as regiões de Quínara e Oio, devido à revolta dos fulas que estavam sob domínio de Mandingas (MANÉ, 1988).

Destacadas as dinâmicas territoriais protagonizadas pelos principais grupos étnicos que posteriormente passaram a formar populacionalmente a República da Guiné-Bissau, nos perguntamos se é possível a construção de um Estado Nacional em um território marcadamente formado por uma significativa diversidade linguística e étnica?! De outro modo: é possível a formação de um Estado Nacional em Guiné Bissau, segundo os modelos tradicionais que preconizavam a existência de um país a partir de sua

demarcação e homogeneização territorial, linguística e étnica?! Que modelo de Estado Nacional está a ser construído em Guiné Bissau?! É um modelo que consegue dialogar com a grande diversidade étnico-linguística existente nesse país?! Como tem ocorrido o diálogo entre esse projeto de construção de um Estado Nacional e as diversas etnias que lá estão?!

O presente projeto de pesquisa se construiu, portanto, a partir dessas inquietações que foram sistematizadas e se encontram dispostas textualmente a seguir.

## **2. OBJETIVOS.**

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo principal compreender o processo de formação do Estado Nacional em Guiné-Bissau.

Com esse objetivo tentamos buscar a gênese da construção do estado nacional neste país, isto é, analisar quais foram os caminhos percorridos e que hoje vêm se tornando uma realidade. Desejamos, portanto, compreender o complexo processo histórico que fomentou a construção do Estado Nacional em Guiné-Bissau, levando em consideração desde as antigas sociedades que compõem o atual território guineense, partindo de um amplo debate teórico que dialoga com os estudos históricos e sociológicos.

Visando atingir esse objetivo central da pesquisa, entendemos que faz-se necessário analisar os elementos fundamentais cuja participação foi central para que os caminhos rumo à construção do Estado Nacional guineense fossem construídos. Dito isto, entendemos que esse processo, o de construção do Estado Nacional em Guiné Bissau, se relaciona, sobretudo, à luta armada que propiciou a sua independência política do domínio português.

Contudo, tal compreensão, a de que a luta armada é um dos principais elementos constitutivos e explicativos da formação de Guiné Bissau, não nos autoriza invisibilizar outros elementos também constitutivos desse processo – como é o caso das influências externas cujos desdobramentos foram fundamentais não apenas no processo de reconhecimento de Guiné Bissau como um país independente, mas também para o próprio processo de fortalecimento da luta armada que estava a ser conduzida por diferentes grupos.

Desse modo, é também objetivo dessa pesquisa identificar quais foram as influências externas que corroboraram para a afirmação e a formação do Estado

guineense, ou seja, com esse objetivo pretendemos identificar e analisar quais foram os países no caso de (Gana, Guiné-Conacri) que apoiaram e, portanto, contribuíram nesse processo – seja através da cooperação político-diplomática, seja através do suporte logístico-militar que os grupos pró-independência receberam durante a luta armada.

Sabendo que a Guiné-Bissau é um país cuja independência foi profundamente marcada pelo confronto contra a ocupação colonial, é fundamental compreender como foram tecidas as alianças externas para o enfrentamento contra o colonialismo europeu, no caso específico, português. Através da construção de uma agenda de apoio político externo, recorreu-se à ajuda internacional como via para concretização da independência nacional. Portanto, no que se refere à influência externa, é interessante avaliar como essa interferência de fora teve um impacto positivo para Guiné-Bissau, no sentido de que os grupos pró-independência conseguiram mobilizar esforços para a efetivação e o reconhecimento de sua emancipação.

Como desdobramento desse objetivo, também buscamos compreender o surgimento do nacionalismo guineense, em concomitância com a ideologia dos pan-africanistas como Mario Pinto de Andrade, Amílcar Lopes Cabral, Eduardo Mondelane, Agostinho Neto e Kwame N`krumah. Pois estado de Guiné-Bissau, antes da independência, sob domínio da administração portuguesa durante séculos, nos perguntamos: como se deu e como foi possível o aparecimento de discursos nacionalistas?! Estiveram eles, desde o seu aparecimento, atrelados a grupos políticos pró-independência?! Que princípios, ideais e valores estavam presentes e eram defendidos nesses discursos nacionalistas?! Quais eram seus conteúdos?! Em que bases discursivas repousavam?! A partir dessas indagações, pretendemos analisar o surgimento do nacionalismo moderno guineense.

Por fim, também compreendemos que o processo de construção do Estado Nacional em Guiné-Bissau não pode ser reduzido tão-somente à luta armada organizada pró-independência; pois, todos os desdobramentos decorridos desse conjunto de ações somados às várias outras circunstâncias, das quais destaco as dinâmicas culturais relacionadas à diversidade étnica, como, por exemplo, a questão linguística bem como os processos de construção de pertencimento identitário, também foram de suma importância.

Desse modo, pretendemos também analisar, especificamente, como a diversidade étnica existente anteriormente no território guineense participou do seu processo de formação enquanto Estado Nacional; pois sabendo que Guiné-Bissau é um país

marcadamente composto por uma organização social diversificada do ponto de vista étnico dadas as suas origens que repousam nas antigas sociedades pré-coloniais, como é o caso de Kaabu (atual Gabu), em que se verificava o ajuntamento étnico; propomo-nos, então, analisar como tamanha diversidade étnica vem participando do processo de formação do Estado Nacional em Guiné Bissau. Interessa-nos, portanto, saber como essa complexidade étnico-social existente vem dialogando com a idéia de construção de uma unidade nacional. De outro modo, perguntamo-nos: como essa diversidade interferiu no processo de união para a construção das lutas pró-independência?! Como se deu a participação desses grupos étnicos no processo de formação de uma identidade nacional guineense?! Como esses grupos étnicos tem participado do processo democrático?! Como tem se dado a participação desses grupos nas eleições multipartidárias, por exemplo?!

Enfim, a partir desses objetivos acompanhados de suas respectivas inquietações é que nos interessamos em refletir sobre a gênese do Estado Nacional em Guiné Bissau.

### **3. JUSTIFICATIVA.**

Apesar de já terem sido realizados vários estudos sobre o processo de formação de Estado Nacional na Guiné-Bissau por outros jovens pesquisadores<sup>1</sup>, não consideramos esse fato empecilho para a realização de mais um que venha a refletir sobre a mesma temática.

Ao contrário, ao invés de encararmos esse dado como algo potencialmente negativo, o consideramos como uma evidência da temática e das problemáticas que enseja. Dito de outra forma, entendemos que a compreensão do processo de formação do Estado Nacional em Guiné-Bissau ainda se constitui como uma importante problemática tanto histórica quanto sociológica e que ainda não foi superada do ponto de vista do debate acadêmico.

Particularmente, atribuo este constante retorno à presente temática ao silenciamento existente sobre ela na Guiné-Bissau, onde não estamos acostumados a debater aberta e frequentemente sobre ela.

---

<sup>1</sup> De acordo com levantamento de dados realizado no dia 17 de julho de 2017 junto à coordenação do curso do BHU, identificamos que, no período compreendido entre os anos de 2014 e 2017, do total de TCCs produzidos na UNILAB-CE, 29 foram desenvolvidos por estudantes guineenses; sendo que, desses 29 TCCs, apenas 03 (três) abordaram o processo de construção do Estado Nacional em Guiné-Bissau.

Segundo Howard S. Becker (2007, p.122), estudar a mesma coisa não é algo monótono ou além do normal, mas várias pessoas podem pesquisar sobre o mesmo fenómeno, contudo com diferentes objetivos a atingir; também é de lembrar que nenhuma pesquisa é absoluta ou esgotável do ponto de vista da pesquisa histórica ou sociológica, pois dependendo da abordagem teórica e metodológica, é possível visitar o mesmo assunto.

Falar do Estado Nacional na Guiné-Bissau pressupõe uma compreensão prévia de vários aspetos componentes de seu processo de formação, por exemplo, a instabilidade política, a fragilidade institucional, a transição democrática e inconstitucional, a precaridade do índice de desenvolvimento humano, a complexidade étnica como fator determinante para construção do Estado Nacional guineense.

Neste sentido, decidimos conduzir uma pesquisa com a finalidade de saber a partir de uma perspectiva histórica, como se deu (ou arriscamos, vem se dando) esse processo de construção tanto de sua estrutura burocrático-administrativa quanto de suas chamadas “bases nacionais” mais amplas, a saber, língua, território e população. Por outro lado, não deixamos de nos questionar igualmente sobre os desdobramentos e as consequências desse processo que vem se dando pelo menos desde ano de 1950 e que engloba todo o continente africano, pois é o período marcado pelo processo de lutas pelas independências e emancipação políticas dos territórios colonizados pelos países europeus. É neste contexto de luta que, conseqüentemente, se deu o surgimento dos movimentos nacionalistas sobretudo com a criação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que conduziu o processo de luta armada iniciado no ano de 1963 e que culminou com a independência unilateral em 1973 (AUGEL, 2017, p.62-63).

O ano de 1973 é considerado um marco inevitável importante na história da formação política de Guiné-Bissau, pois foi o ano em que esse país tomou sua independência “unilateralmente”; enquanto que Portugal veio a admitir oficialmente a independência política de Guiné-Bissau em 10 de setembro de 1974. Segundo o entendimento de Sucuma (2013), a partir de então, o referido ano foi legalizado como o ano de construção do Estado Nacional do território guineense:

[...] a partir do ano 1963, verificou-se uma luta de guerrilhas entre os guerrilheiros do PAIGC, e as tropas coloniais portuguesas que deu vitória ao PAIGC, numa proclamação da independência

política no dia 24 de setembro de 1973, nas matas de Medina de Boé situado no leste de Guiné-Bissau, após de revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, o estado da Guiné, nasceu numa conjuntura histórica muito difícil sem alicerce forte (SUCUMA, 2013, p. 25).

Como algumas questões concernentes à história de Guiné-Bissau são tabus (inéditos), isso não me tira coragem ou vigor de pesquisar sobre o meu país, porque desde que nasci, cresci e estudei até terminar o ensino médio não tive oportunidade de saber ou ter acesso às informações que relatam sobre a formação do estado nacional guineense

Nasci no interior do país, na região de Biombo<sup>2</sup>, compartilhei toda minha infância com os colegas tanto da igreja quanto do Bairro. E é nesta mesma localidade que comecei a frequentar o ensino primário, na escola pública denominada Ajuda de Povo para Povo (ADPP - Bôr). No que diz respeito à questão linguística, é importante informar que a comunicação diária entre os membros da família é frequente através do uso da língua crioula e da língua pepel. Foi entre esses dois ambientes, o familiar e o escolar, que aprendi a diferenciar os objetos e a pronunciar as letras do alfabeto, palavras, nomes de diferentes locais, nomes de pessoas e também compreender a realidade social.

No que diz respeito às práticas religiosas, apesar de eu ter seguido a religião cristã, de vertente evangélica, a minha família, especificamente, os meus pais, permanece na religião tradicional africana. A prática da agricultura, adesão aos rituais tradicionais e o uso das línguas maternas, ditas étnicas, se configuravam em maior caso como elementos constitutivos das identidades individuais e coletivas da população que habita no interior da Guiné-Bissau, independentemente daqueles cujas vidas, em maior ou menor medida, foram marcadas por experiências ocorrida no meio urbano.

Certamente é preciso reconhecer que o processo de formação do estado nacional guineense não é habitualmente comentado pelos nossos governantes, mas em certas ocasiões, ainda que pouco, se abordava sobre o assunto de uma maneira superficial; às vezes acontece, ocasionalmente, nos discursos de cerimônias importantes do país sobretudo nos desfiles militares e nas comemorações de data de luta armada, ou até

---

<sup>2</sup> Biombo é uma região localizada na província norte da Guiné-Bissau, limitada ao norte pela região de Cacheu e Oio e pela região de Bolama na província sul do país, com a superfície total de 838,8km. A região faz fronteira com capital Bissau e dividida em três setores tais como: Quinhamel - a capital da região, Prabis e Safim. Cada um desses Setores subdivide-se em secções, e essas secções por sua vez em Bairros e tabancas (aldeias). A região é habitada pela etnia pepel com maiores números de população. (Instituto Nacional de Estatística (INEC), 2009).

aparece só quando ocorre desaparecimento físico de uma figura reconhecida publicamente.

Portanto, assinalo que, em decorrência da minha pouca experiência de debate político e acadêmico sobre o processo de formação do Estado Nacional em Guiné-Bissau, eu não possuía uma visão crítica tão ampla para fazer uma análise aprofundada a respeito da referida luta armada, que foi determinante no processo de construção do Estado Nação em Guiné-Bissau, pois tal temática não era comentada nas salas de aula, principalmente, por ser tido como um assunto pouco valorizado por parte dos professores titulares de ensino. Quanto a esse assunto no seio familiar, no caso particular da minha família, ele era um tema inexistente, já que os meus pais têm pouca instrução sobre o assunto e ainda não tiveram oportunidade de receber estudo ou formação escolar.

Enfim, todas essas razões da discussão acerca da independência e da construção do Estado Nação em Guiné-Bissau resultaram, da minha parte, em não compreensão do assunto, que, particularmente, considero como um dos mais importantes para qualquer cidadão que deseja compreender as dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais de seu próprio país.

Para além desse fato tão marcante, destaco ainda que tenho plena certeza de que esse processo ainda não se encontra concluído. Pelo contrário, sei de suas limitações, desafios e lacunas. Sendo assim, esse estudo emerge no sentido de eu, enquanto guineense, tentar compreender o processo de formação do estado nacional em meu país não apenas como uma nação, mas também como um Estado cujas pretensões são as de se estabelecer e pairar sob várias nações (ou etnias).

O tema escolhido para o presente estudo é, portanto, de extrema importância, pois acredito que todas as razões apontadas anteriormente terão resultados benéficos a serem alcançados; afinal, pretende-se, aqui, dialogar com a sociedade, trazendo material que possa servir de guia de ensino para seminários, debates acadêmicos nacionais e internacionais a fim de informar, formar e sensibilizar a sociedade guineense e não só, letrada e não letrada, com vista a exercer a sua cidadania no gozo pleno do direito de um estado.

#### **04. DELIMITAÇÃO DO OBJETO OU DO FENÔMENO A SER INVESTIGADO.**

Por mais remoto que seja do ponto de vista temporal, o processo de formação do Estado Nacional da Guiné-Bissau é um fenômeno que consideramos, de certo modo,

relacionar-se com a chegada dos colonizadores europeus que ocuparam as regiões nordeste do território que hoje compõe o Estado moderno da Guiné-Bissau. Aproximados um do outro devido às chamadas grandes navegações marítimas europeias, levando homens para fazer comércio ultramarino; Portugal e a Guiné-Bissau, desde então, passaram a manter relações cujas dinâmicas extrapolaram o campo econômico (BUL, 1989, p.67-69).

Foi no ano de 1446 em que se registrou a chegada das embarcações, chamadas de “caravelas”, portuguesas no atual território guineense (TEIXEIRA, 2015, p. 137).

Contudo, chamamos atenção para o marco temporal a ser adotado no presente estudo, que vai dos anos de 1963 até 1980. O marco temporal destacado refere-se o início de luta armada nacional que depois da independência culminou com o golpe militar. Tal recorte cronológico vai nos facilitar de melhor forma a atingir os nossos objetivos propostos, pois foi neste momento que se deu o início, efetivamente, da construção do Estado moderno guineense, sendo período da decisão nacional que conduziu o país para a independência (CARVALHO, 2015, p.45).

Por razões de ordem didática, para facilitar a compreensão, abordaremos o processo de formação do Estado Nacional Guineense a partir de três grandes blocos temporais da história política nacional da Guiné-Bissau, que aqui denominamos de “fases”: Fase pré-colonial, Fase colonial e Fase pós-independência.

Neste trabalho, o nosso objetivo é analisar o processo de formação do Estado nacional na Guiné-Bissau, procurando compreender o contexto pelo qual se deu o surgimento do nacionalismo guineense e identificando as influências externas que contribuíram para a formação do Estado guineense moderno, além de tentarmos compreender como a diversidade étnica presente naquele território participou nesse processo.

## **05. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO.**

Nada é fácil fazer ou construir, mas o mais importante de tudo é saber buscar os caminhos possíveis para alcançar os objetivos pretendidos, fundado na vontade e dedicação. Nesse sentido, para tratar do processo de construção do Estado Nacional na Guiné-Bissau, partimos de certas inquietações para procurar analisar melhor esse assunto.

Gil (1946, p. 143) observa que, para a formulação de problematização, cabe ao pesquisador “formular um problema como primeiro passo para a construção da teoria”.

Por vários motivos, passando por situações em que, tal como observa Howard S. Becker (2007, p. 126), “seus pares muitas das vezes julgam a importância de um problema de pesquisa por critérios que não têm nenhuma justificação científica, critérios que você poderia não aceitar”. Neste sentido, Gil (1946, p.03), aponta que geralmente “concebe-se o planejamento como a primeira fase da pesquisa, que envolve a formulação do problema, especificação de seus objetivos, a construção de hipóteses, a operacionalização dos conceitos etc.”.

Nesse contexto, nossa pergunta de partida fundamental, ainda que careça de ineditismo, é: como se deu o processo de construção do Estado Nacional na Guiné-Bissau? Certamente alguns eventos incluindo os discursos políticos foram debatidos em espaços públicos e particulares sobre o Estado guineense, mas antes de falar do próprio Estado devemos tentar perceber quais foram os mecanismos percorridos até ao ponto da sua construção. Como sabemos, o fato de a Guiné-Bissau ser um país altamente multiétnico e heterogêneo, culturalmente demonstra que é um país composto por vários grupos étnicos, com suas práticas totalmente distintas entre si. Sendo assim, na construção do estado nacional guineense, estiveram presentes etnias que passaram a ser consideradas formadoras de um único povo, situados dentro de um território, que, por sua vez, também passou a ser visto como um só, considerado o território nacional. Desta forma, acreditamos que se faz necessário saber as vias deste procedimento, porque não adianta falar do presente ignorando o passado. Do ponto de vista linguístico, conforme abordagem de Oliveira Souza (2015, p.09), a Guiné-Bissau é um país multilinguístico e multicultural.

Evidentemente, antes da constituição do Estado atual da Guiné-Bissau, vários grupos étnicos estiveram presentes no território guineense com seus diferentes costumes e suas práticas culturais também diferentes, certamente, estes participaram no processo de formação do Estado. Portanto, se o país é constituído por vários grupos étnicos, cujas realidades são desiguais, será que essa diversidade étnica interferiu nas dinâmicas do processo de formação do Estado Nacional em Guiné-Bissau?

Dessa forma, pretendemos, cuidadosamente, analisar o processo de construção do Estado Nacional da Guiné-Bissau. No entanto, para alcançar esse objetivo, é difícil desconsiderar os processos relevantes que contribuíram para sua formação; neste sentido, partimos dos questionamentos acima apresentados para, em articulação com o nosso foco ou objetivo do trabalho, atingir um resultado satisfatório de forma coerente.

De certa forma, é correto afirmar que, apesar da multiplicidade étnica existente, porém se encontravam unidos uns aos outros.

Em outras palavras, destacamos que estes diversos grupos culturais e étnicos que compõem o território nacional se uniram para enfrentar aquele que era visto como “inimigo comum”. Salientamos, ainda, que a referida união desses grupos étnicos foi motivada pela única ideia de libertação sem nenhum procedimento diferenciado, mas com reações conjuntas para o mesmo fim. Tal fato impulsionou a vontade geral destes grupos étnicos que visavam o bem-estar geral da sociedade. A estratégia utilizada por Amílcar Cabral para a unificação dos “grupos étnicos” contribuiu massivamente para formação do Estado. Sem a unidade dos grupos étnicos certamente tornaria difícil a implantação do Estado (TEIXEIRA 2015, p. 15-18).

No entanto, perante essa situação percebemos que essa dinâmica merece uma compreensão atenciosa como um fato determinante e justo que, ao longo do tempo, procurou estabelecer uma ação anticolonial a para afirmação de um estado livre para as populações guineenses; mas sempre com incentivos para superar os entraves e sem retaguarda por parte dos seus líderes.

## **6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.**

Queremos antes de tudo expor as teorias vinculadas aos propósitos que se tratam dos fundamentos teóricos a respeito do conceito de Estado e da formação do Estado Nacional<sup>3</sup> da Guiné-Bissau, a ser analisado partindo de diferentes investigadores que trataram dessas questões.

De acordo com Becker (2007, p. 122), “nunca podemos ignorar um tema apenas porque alguém já estudou”. Nesse sentido, Lakatos (2010, p.4), em suas reflexões, “refere-se ao reconhecimento e avaliação das informações, das intenções e dos propósitos do autor. Proceda-se á identificação das frases-chaves para saber o que autor afirma e por que fazer”.

---

<sup>3</sup> Estado Nacional é também chamado de Estado-Nação, leva em consideração as pessoas que vivem no território e que possuem características singulares segundo a sua identidade (língua, a religião, moeda, hino do país etc.), cultural, histórica, étnica, colocados em prática dentro do estado.

Outra observação que revela medidas a serem consideradas para traçar uma pesquisa bibliográfica apresenta que os estudos bibliográficos devem levar em considerações a:

Escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório do assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto e redação do texto” (GIL, 1946, p.45).

Pelo fato de o Estado da Guiné-Bissau se constituir a partir de uma sociedade colonial, achamos, por isso, interessante recuar um pouco no tempo procurando, de forma breve, os antecedentes históricos para desenvolver o tema de estudo aqui proposto, que é o processo de formação do Estado Nacional na Guiné-Bissau.

Além disso, pretendemos fazer uma breve análise para compreender o surgimento do Estado-Nação na Europa, bem como trazer alguns conceitos relacionados a essa questão. Apesar de nossa intenção não ser estudar os Estados europeus, compreendemos que tal percurso vai permitir uma contextualização desse processo cujo nascedouro se deu na Europa, e a partir daí se impôs em outras espacialidades. Ademais, pretendemos explicar os conceitos relacionados à nação e ao estado-nação no imaginário de alguns autores, pois é a partir desses autores, que procuraremos contribuir, ao longo deste trabalho, com uma discussão sobre como esses conceitos têm sido utilizados para se referir ao processo de organização política interna de vários países africanos no contexto pós-independência a partir da segunda metade do século XX em diante, em particular no caso da Guiné-Bissau.

Como dito anteriormente, foi na Europa que se deu o nascedouro daquilo que se chama Estado-Nação e/ou Estado Nacional, ou propriamente dito países, a partir do fim do século XVIII e início do século XIX, com a segunda grande expansão europeia. Foram constituídos a partir do processo de industrialização original e/ou clássica com mecanismo de divisão do espaço geográfico internacional, estabelecendo uma nova configuração política e espacial, tudo isso é fruto da burguesia e revolução industrial que contribuiu para proteger o mercado de um determinado território. Os modelos de organização política, social, econômica e culturais advindos da Europa foram sendo cada vez mais impostos nos territórios por ela ocupados. A experiência da colonização europeia que se deu no continente europeu no contexto pós-partilha da África foi fundamental para que o modelo de Estado desenvolvido a partir das singularidades europeias passasse a ser visto como o modelo por excelência de organização política de

uma nação. Acreditamos que é imprescindível entender como se deu tal processo de nascimento e de exportação do chamado modelo de Estado Nação Europeu.

Neste âmbito, primeiramente nos propomos definir os seguintes conceitos e/ou categorias de análise: Estado, Nação e, conseqüentemente, estado-nação.

Estado, segundo Carlos Bresser-Pereira (2008), se refere em linhas gerais a um grupo ou instrumento composto por homens públicos e oficiais de combatentes cuja força é de estipular e taxar, com a autorização legítima como consequência dessa incumbência. Para este autor, nação é associação com a mesma repartição da fortuna com possibilidade de compor um estado que tem como fundamento central a independência nacional e as mudanças económicas. Contudo, a ideia de Estado-Nação implica na convenção do domínio político num espaço que é composto por uma população, um estado e uma terra (PEREIRA, 2008, p. 2-3).

Podemos perceber que, na opinião desse autor, o Estado é como um conjunto de mecanismos que engloba as partes unidas de um corpo que o elege como encarregado de guiar e fixar os impostos e fazer andar as partes através das suas obrigações e conservação de bens e de coletividade dos membros; de igual modo, a nação é entendida como um grupo social que tem um sentimento próprio de algo cujo objetivo é a criação de uma organização central com vista a cuidar e fazer valer a sua economia, enquanto o Estado-Nação, considera-se como uma aliança sob responsabilidade de um estadista entre o lugar e a unicidade do seu povo.

Entretanto, para Anderson (*Apud* NAMONE, 2015, p. 81), nação não se limita apenas a um conceito ligado a “território soberano, mas as fronteiras geográficas e simbólicas, a língua, a religião, identidade cultural” e demais constatadas definições; não obstante, esses componentes no geral constituem identidade nacional.

Com efeito, na concepção de Carlos Lopes (1987, p. 8), entendemos que a Nação pode ser também um agrupamento de pessoas que se encontram precisamente em certas situações, repousando na integração de uma superfície e população consideráveis por meio de progresso socioeconómico.

Candé Monteiro (2013) observa o conceito de nação no imaginário de Cabral que busca congregar os desejos de um conjunto de pessoas com costumes diferentes, no caso da Guiné-Bissau, para unificá-los, procurando eliminar os interesses individuais a favor dos interesses comuns, com a vontade de construir uma sociedade mista que transmite a um só sentido e indiscriminado a ideia de unidade nacional. Com efeito, essa concepção de nação é ligada ao aspeto da libertação da colonização portuguesa, “do nascimento do

“homem novo”, de uma nova cultura nacional, uma consciência de pertencer a uma comunidade ligada a um território” (CABRAL, 1974, *apud* CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 33).

De acordo com Cardoso, Macamo e Pestana (2002, p. 3-5), o sistema-político na Europa é adotado como forma de representatividade no sentido liberal, que marcou o “obscurantismo religioso, o absolutismo político e a sujeição à economia”. São elementos que marcaram as ideias políticas criadas no imaginário europeu, onde o Estado é a entidade responsável para produzir uma sociedade capaz de raciocinar nos princípios éticos e culturalmente incorporados. Por outro lado, defendeu-se que a ideia central do sistema político na Europa é construir uma unidade entre desejos diferentes, essas unidades fazem parte da construção da sociedade com objetivo de criar uma organização social com base no consenso. Esse princípio é considerado modelo francês, fundamentado na base da “igualdade, fraternidade e liberdade”, sendo reconhecido como regra mundial. Concordando com (OLORUNTIMEHIM, 2010, p.657), o nacionalismo europeu “representou para comunidades que aceitaram a realidade de identidades culturais e de um passado histórico comuns, a aspirações a uma existência soberana dentro de organizações políticas (Estado) próprias”.

Elísio Macamo (2014, s/p), ao discutir as mudanças ocorridas nos estados europeus em artigo intitulado “A maldição do estado: Anotações sobre trivialização do político”, salienta que o crescimento de estado na Europa (Ocidental) está acompanhado com um processo condicionado que tem uma qualidade “funcional, íntegro etc.”. Ainda, segundo esse autor, na Europa o estado surgiu através do conflito entre as entidades “hegemônicas” estáveis como “Igreja, principados e os reis”, por vezes, também “cidades, vilas e comunidades”.

Por sua vez, Eric j. Hobsbawm (2013, p. 52), num artigo em que discute sobre a intersecção entre etnia e nacionalismo, analisa essa problemática no contexto europeu do século XX, mas acreditamos que algumas de suas reflexões também são importantes para refletirmos sobre o contexto africano. Por exemplo, na sua abordagem sobre nação, o autor mostra que a atribuição de uma nação nas antigas sociedades europeias dependia das condições fixadas e da rotura criteriosa. A língua era elemento relevante para que um grupo social assumisse caráter de uma nação. Conforme os argumentos deste autor, para que uma comunidade fosse aceita e reconhecida por uma nação, baseava-se em três critérios fundamentais, que são:

Iº) “era sua associação histórica com um estado existente ou com um estado de passado recente e razoavelmente durável”;

IIº) “era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possui um vernáculo administrativo e literário escrito”;

IIIº) “era dado por uma comprovada capacidade para conquista”.

Para isso, é particularmente útil recorrer a uma importante hipótese dos teóricos no caso específico dos estados africanos. Especificamente, faremos uma breve abordagem sobre o continente africano. Do ponto de vista geográfico, este continente está dividido em seis macro-regiões, a saber: África Austral, África Central, África do Leste, África do Norte, África Oriental e África Ocidental (SILVEIRO, ROCHA & BARBOSA, 2013, p. 26-28). Segundo Rui Jorge Semedo (2011, p. 96), entre os anos 1970 e 1980, assinalaram-se duas mudanças políticas relevantes, que se resumiram nas “vicissitudes da guerra fria”. Este autor observa que a primeira tem a ver com “a adesão democrática por um grupo de países”; e a segunda notabilizou-se “pela autodeterminação do estado novo na África, que por modelos ditatórias de partido único”.

Rocha e Barbosa (2013, p. 17-18) afirmam que a época de 1500 a 1800 foi marcada por novo regimento geoeconómico virado para o atlântico com o seu instrumento do comércio triangular, que está conectado à comunidade europeia. Com essa facilidade comercial livre no atlântico, os países europeus, em especial de Europa Ocidental, intensificaram a autoridade nos territórios africanos e americanos.

A consequência dessa atitude, segundo Nkrumah (*apud* CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 46-47), foi a repartição voluntária da “conferência de Berlim” de (1984/1985) de uma maneira imprópria, que resultou na desunião das sociedades africanas sem levar em consideração os limites, nem obedecer os valores culturais e étnicos desses povos.

Em um de seus artigos, Samir Amim (2016, p. 687) aborda essas delimitações artificiais do continente africano pela antiga colônia europeia, observando que foi desrespeitada a história do passado do povo africano, por causa da desanexação territorial causada pela fragmentação da cidade Capitalista; porém não alterou a permanência do “eticismo”. Ainda, conforme este autor, verificou-se o empenho de nacionalistas africanos em avançar com as independências nacionais para evitar que permanesse na África a divisão de etnicidade.

Desse modo, Nkrumah, um dos nacionalistas africanos, lutou pela descolonização na África, incentivando a ideia da independência das nações africanas e apelando para uma humanidade justa. Nkrumah (*apud* Cande Monteiro, 2013) proclamava a soberania

africana com vista a conquista de sua independência, conclamando uma África para os africanos. Por outro lado, essa autora enalteceu o desempenho desencadeado pelas organizações políticas na África.

Os partidos políticos na África Negra foram na sua generalidade e antes de tudo, movimentos emancipalistas que lutaram pela libertação dos seus países, é um ponto de partida para análise do papel dos partidos políticos que surgiram durante o processo de ocupação colonial na África de língua oficial portuguesa - PALOP, os primeiros partidos políticos nas colônias portuguesas nasceram reivindicando a independência e a soberania total dos povos africanos levando em consideração alguns elementos fundamentais de direitos humanos, a liberdade e igualdade fatos ignorados pela administração colonial (DIMITRI LAVROFF, 1970, *apud* CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 59).

Para Frederick Cooper (2008, p. 26-39), ao discutir o surgimento de estados na África, no seu artigo “Conflito e Conexão: repensando a história da África”, o nascimento das independências africanas deu-se depois da libertação de Gana, em 1957, a partir de então, os líderes africanos começaram a planejar a retrospectiva para a imaginação de um estado (a ideia de nação) e libertação de seus países. Para esse autor, “novos estados” do continente africano necessitavam de ter indivíduos com capacidades de realizar grandes progressos para a sociedade africana.

Por outro lado, Cooper (2008) salienta que a resistência de África ao domínio colonial renovou a unidade política estruturada no período antes de colonização, que promoveu uma relação entre as estruturas anteriormente existentes e o estímulo ao nacionalismo, no que diz respeito à administração colonial. As “aspirações dos estados e dos grupos que até a eclosão da primeira Guerra Mundial, combateram contra as potências imperialistas europeias e esforçaram para impedir o estabelecimento do sistema colonial eram essencialmente as mesmas que animavam os movimentos nacionalistas” observou (B. OLATUNDJI OLORUNTIMEHIM, 2010, P.657). Para este autor “entre as duas guerras, os nacionalistas africanos passaram praticamente pela mesma situação: privação das liberdades política e sociais, exploração dos recursos humanos e materiais em benefícios de senhores estrangeiros; negação de meios e serviços suscetíveis de contribuir para o avanço político e social das sociedades colonizadas” OLORUNTIMEHIM, et. al. 2010, P.664 ). Por outro lado, “aspirações dos nacionalistas, que no norte de África tentaram recuperar à soberania e a independência perdidas” (...). Para James Coleman reforça a ideia que

[...] em muitos casos, o nacionalismo africano não se deve ao sentimento de pertencer a uma unidade político-cultural que procura defender-se ou afirmar-se; representa, antes, o esforço desenvolvido por modernistas conscientes de uma realidade racial para criar novas nacionalidades políticas e culturais, a partir das heterogêneas populações englobadas dentro das fronteiras artificiais impostas pelo senhor europeu [...] (COLEMAN, 2010, P.658).

Na concepção de Joseph KI-zerbo (2002, p. 9), o reconhecimento do continente africano é um marco dos tempos que causa subjetivamente o imaginário de busca a uma identidade por intermédio de uma pequena congregação de pessoas espalhadas de uma memória coletiva. Portanto, este entusiasmo subjetivo existe em si mesmo o seu movimento com a finalidade de obtenção da autonomia.

Ao longo dos anos do abandono de monopólio do Partido Único, deu-se início à democratização a partir dos anos de 1990, relativamente aos países da África portuguesa. São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, em 1991; Angola teve sua abertura democrática em 1992, depois que passou por um período de “guerra civil” de três décadas e por fim, a Guiné-Bissau e Moçambique, em 1994 (TEIXEIRA, 2008, p. 33).

Segundo Macamo (2014), a entrada do estado moderno na África assumiu uma posição dominadora, resultando num relacionamento entre as pessoas de uma maneira diferenciada, tendo em vista que elas sempre são privadas de um público competente para reivindicar a autoridade do estado.

Nesse sentido, Anthony D. Smith (*apud* CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.38-44), salientou que o principal patriotismo dos estados afro-asiáticos e latinos americanos foi uma imitação às nações ocidentais inventadas, com base nas iniciativas das elites.

Entretanto, Cardoso et al (2002, p. 06) observaram que o Estado depende do seu “fenómeno histórico”, ele aparece como mediação das regras numa sociedade. Neste sentido, deve ser levada em conta a própria natureza do estado, ou seja, em que circunstâncias surgido, não dependendo unicamente do modelo de uma organização estatal ou outra. Os autores citados apontaram que a história por analogia demonstra que existe sempre um caráter comparativo em que as pessoas tentaram eleger uma proximidade entre os modelos de Estado de África com os de Europa, mas do ponto de vista social, consideraram que os fatos políticos deste continente africano são vistos como objetos da imposição estrutural. Por esta razão, os aspetos sociológicos que ocupam a comunidade social na África não são iguais com os da Europa. Desta maneira, a comunidade africana está longe de assumir um sistema democrático que pode ser comparado de igual modo aos modelos Ocidentais (CARDOSO, et al, 2002, p. 6).

Ainda, segundo esses autores, percebemos que a liberdade do crescimento do processo democrático na África causou fracasso dos partidos únicos e das eleições livres, há, contudo, possibilidade do acompanhamento rigoroso dos observadores internacionais, mesmo com isso tornou-se insuficiente para o estabelecimento da ordem democrático.

Sobre isso, Macamo (2014) especificamente considera que a formação dos Estados Nacionais modernos na África, no caso de Moçambique, é uma “maldição” devido à forma que este estado se aproximou até aos africanos e de jeito que os africanos buscaram domesticá-lo. Segundo esse autor, existem basicamente três aspetos problemáticos que ele considera como sendo relevantes que estão ligados à ideia do estado africano: primeiro, “epistemológico”, melhor dizendo “relativo à teoria de conhecimento por detrás da forma como conceituamos o desenvolvimento”; segundo, considerado “externo”, que é associado à “Natureza de Estado importado”; e, terceiro, chamado “interno”, que está relacionado à “História de implantação de Estado” entre os africanos.

Segundo Macamo (2014, S/P), o desenvolvimento dos Estados na África não se limita apenas à “integridade pública, analfabetismo, opressão da mulher”, mas a verdade é que esses estados africanos carecem de medidas que vão ao encontro à corrupção, contudo sendo necessário para que a África tenha que criar mecanismos para combater à corrupção e produzir esforços para impedir essa prática; nesse sentido, a África necessita da “cultura da denúncia, o chamado jornalismo investigativo”. Por outro lado, o autor acima citado afirma que a África precisa de cultivar um ambiente político para ceder lugar próprio à “vontade política” e convocar uma reflexão nacional como prioridade. Outros elementos importantes da influência que Macamo (2014, SP) considera como sendo grande problema para construir estado na África, no caso de Moçambique, reside nas dificuldades existentes entre estado com os seus cidadãos; este problema é visto como fruto da história onde os estados africanos foram criados.

Por outro lado, relativamente aos conceitos de sociedade civil e o Estado, eles são pela própria essência “polissémicos” na ideologia da sociedade atual [...]; Sendo relações “económicas, jurídicas e administrativas” enquanto a sua normatização externo. Essa normalização se daria no espaço político onde a necessidade a desigualdade social e individual seria erguido para último grão da generalidade, neste sentido Estado é incorporado na “sociedade civil” num ambiente da conciliação entre as contradições (TEIXEIRA, 2015, p. 96-98).

Para Samir Amim (2016, p. 684), os governantes africanos são de uma maneira parciais e responsáveis pelo retrocesso da África, que começou, principalmente, numa altura em que se associaram ao “campo neocolonial” em oposição do interesse da sua própria população, o que debilitou e explorou africanos. Para este autor, esse grupo de governantes africanos, associando com o procedimento mundial imperialista, a vista disso é, drasticamente o que causou o insucesso no continente africano.

Temos clareza de que tais considerações se reportam especificamente ao caso de Moçambique, entretanto não seria impossível nos indagarem ou espelharem também sobre esta mesma problemática de formação de estado em relação à Guiné- Bissau.

Em 1974, depois da proclamação do estado, esse país constituiu o primeiro governo sob comando do Partido para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que teve como chefe do executivo Francisco Mendes e na presidência Luís Cabral (irmão de Amílcar Lopes Cabral), ambos do mesmo partido. Contudo isso, de acordo com Teixeira (2008, p.21), a Guiné-Bissau não teve melhoria, pois foi destruída pela ideologia política do imperialismo português e pela guerra civil em 1998.

Na Guiné-Bissau, a formação do Estado Nacional resultou como consequência de uma massa em conflito. Neste sentido, algumas testemunhas apresentaram basicamente como justificativa, no caso, os documentos apresentados pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, afirmando que o confronto contra a ocupação colonial adequa para o aparecimento da construção do Estado (SEGUNDO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PAIGC 1991, p. 24).

Neste sentido, no que se trata com o aparecimento do Estado-Nação pós-independência na Guiné-Bissau, podemos entender que o processo de construção do estado guineense foi suportado por um partido [...], no caso, o PAIGC, partido que assumiu transportar as suas organizações adequadas envolvendo aquelas que já foram expandidas que tinha administrado as zonas anteriormente livres da dominação da autoridade do governo colonial para o território do Estado (KOHL, 2011, p. 44).

Do mesmo modo, segundo Apolinário Mendes de Carvalho (2009, p. 2), o processo de formação do Estado na Guiné-Bissau se deu através da Força Armada Revolucionário do Povo – “FARP”, um fato que uniu a entidade militar, uma estrutura composta por antigos combatentes libertadores da pátria com dupla função em simultânea, político-militar, com o estatuto de Partido-estado.

Na concepção de Rui Jorge Semedo (2011, p. 96-98), a construção do estado se deu com base em quatro princípios “à luz do direito internacional”, tais como, “liberdade,

universalidade, igualdade de direitos e cooperação internacional”. Por outro lado, o autor afirma que a governação de absolutismo militar, conforme a Lei decretada Nº 3/73 de 24 de Setembro, deliberou a formação do governo e a ocupação do cargo de comissariado (termo na época equivalente aos ministérios) era pelos militantes que desempenhavam em grande parte as tarefas políticas no decorrer da revolta militar; ao passo que os mais habilitados na área militar agruparam-se nos aquartelamentos onde exerceram papel dos Governadores.

Segundo Carvalho (2009, p. 02), a elite construída na guerra com certo padrão de “bom combatente, bom comissário político e bom elemento de segurança” era convocada para desempenhar os cargos ligados à governação, à administração e à Gestão de instituições e de estruturas económicas e sociais do estado. Então, para Semedo (2011, p. 96), o PAIGC depois da proclamação da independência, em Boé, voltou para a capital, Bissau, em Outubro de 1974 para institucionalizar a Primeira República; nessa altura, o PAIGC abraçou novamente as dificuldades complexas devido à falta de máquinas burocráticas e fundamentalmente, no que se refere à incompatibilidade na atribuição de cargos públicos para assegurar o “bem-estar” do povo.

Ainda, para este autor, o PAIGC deparava também com dificuldades dos militantes de curso técnico-administrativo, que eram indispensáveis para a realização do funcionamento público no país para manter a presença do “Novo Estado” e melhorar as dificuldades da governação; então, quando os portugueses deixaram o país liquidaram o sistema relevante da burocracia para a construção do estado pós-independência, este fato também influenciou progressivamente para a má governação, pois no próprio partido se confrontava com carência de técnicos com capacidade de reproduzir algumas dinâmicas burocráticas no sistema administrativo para a ocupação pública. Por outro lado, o autor demonstra que o PAIGC com mínima flexibilidade tomou a decisão de afastamento e de colocação das pessoas com experiências administrativas coloniais, entre essas pessoas, outras eram punidos por terem cometido crimes de “traição à pátria”.

Por esta razão, percebemos que o maior problema que causou o insucesso para construir o estado em Guiné-Bissau centraliza-se nas sucessivas ondas de violência que marcou o país depois da sua primeira fase de construção.

Segundo Julião Soares de Sousa (2012,p. 36), a Guiné-Bissau entrou na instabilidade política em 1980, onde o país sofreu golpe de estado, ainda este autor, mostra que a origem deste golpe tem a ver com a falta de um bom funcionamento por parte da autoridade política que assumia a responsabilidade de garantir a necessidade

geral do povo e cuidar do bem-estar social da mesma, apesar de esse objetivo, a antiga autoridade na altura limitava-se apenas ao seu interesse em contentar um grupo de poucas pessoas onde “a mobilidade social só se processava no interior da máquina político-partidária que corporizava e/ou controlava o partido/Estado”. Neste sentido, no entendimento do autor, percebemos que esses fatos são motivos que levaram o país para o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980. Entretanto, para Semedo (2011, p.144), os efeitos deste golpe causaram o impedimento para o desenvolvimento do país, não só, mas também desfavorecendo o processo da industrialização que estava em andamento.

Por esta razão, entendemos que o processo de construção do Estado guineense foi sinalizado por disputas violentas de luta pelo interesse do poder provocado pelos conflitos políticos e militares.

Ainda, no pensamento de Semedo (2011), é notável que o impedimento para construção do Estado na Guiné-Bissau tem a ver com a falta de uma elite intelectual independente com determinação franca que vai como alicerce para orientar o processo do desenvolvimento; por outro lado, segundo autor, o país precisa de uma autoridade política comprometida com o desenvolvimento do bem-estar coletivo e uma “elite económica empreendedora dinamizadora do mercado”.

Na concepção de Carvalho (2015, p. 220-225), a situação económica e o projeto neoliberal, “que o país é forjado a enfrentar na segunda metade dos anos 80”, provocaram mudanças na sociedade guineense e na organização administrativa pública do país. Ainda, este autor mostra que,

No contexto subsequente do empobrecimento do estado, do enfraquecimento gradual da sua autoridade, das series de dificuldades de funcionamento das suas instituições e do crescimento da corrupção na administração do estado, o país encetou a liberalização política, imposta pelas condicionalidades políticas introduzidas nas relações norte-sul e na cooperação para o desenvolvimento em concreto (CARVALHO, 2015, p. 221).

A partir deste momento a gerência do Estado guineense entrou em liberdade política. [...] Esse procedimento de liberalização económica e política resultou-se nos impedimentos do esforço da capacidade do Estado para criação de uma nova ordem no país (CARVALHO, 2015, p. 221).

Da nossa percepção, do ponto de vista social, de acordo com as discussões acima apresentadas, compreendemos que esses fatores até ao certo nível podem ser reconhecidos como obstáculos que vêm se dando como impedimento para o progresso do

estado guineense; contudo, percebemos que o maior problema para o retrocesso da construção do Estado Nacional na Guiné-Bissau se verifica na ausência das pessoas credíveis e aptos para dirigir responsabilmente as instituições administrativas, sabendo destinar os recursos económicos e financeiros para o bem do desenvolvimento da sociedade.

## **07. RELEVÂNCIA SOCIAL/RESULTADOS ESPERADOS.**

É importante lembrar que o presente projeto de pesquisa diz respeito ao processo de formação do Estado Nacional em Guiné-Bissau. De acordo com os nossos objetivos aqui propostos e como forma de atingir os resultados esperados, acreditamos que este trabalho vai contribuir com o conhecimento, de uma maneira significativa, para a sociedade guineense, bem como oferecerá informações importantes para a vida social desse país em geral e, sobretudo, para academia.

Ao longo desta pesquisa, cujas pretensões é estabelecer o diálogo com a maior variedade de estudiosos possível, esperamos refletir a respeito das diferentes interpretações e pontos de vista por eles apresentados para a partir daí discutirmos e analisarmos os dados como forma de contribuir para a divulgação dessa temática que consideramos de suma importância do ponto de vista da formação de cidadãos plenos.

A partir daí, saliento que quando comecei os meus estudos na instituição pública guineense, desde o ensino primário, básico e secundário, ouvi falar da formação do Estado Nacional em Guiné-Bissau de uma forma muito resumida, ou seja, não aprofundada. Além disso, tanto no ensino superior, nos centros de formação, quanto nas palestras e conferências nacionais locais, é raro a abordagem deste assunto, pois parece-me que não é considerado de grande importância e que tenha deixado rastros no nosso país a ponto de merecer ser passado de gerações em gerações.

De certa forma, então, trata-se também da valorização e da promoção da História Nacional da Guiné-Bissau, informando aos seus cidadãos tanto nacionais quanto internacionais, como este importante processo vem se dando e quais são os desdobramentos que ainda se dão atualmente. Não se trata de ressuscitar antigos estudos positivistas cujas tônicas principais recaíam sobre a exaltação das forças militares e estatais. Longe, então, de buscar o enaltecimento da formação do Estado Nacional guineense, vislumbro muito mais a possibilidade de que aqui possa repousar um futuro projeto de inclusão desse assunto no material e no plano escolar necessários às instituições

escolares, sejam elas públicas ou privadas, de educação básica ou superior, pois acredito e defendo que estudar esse importante momento histórico é também reviver as histórias de protagonismo de lutas e resistências de projetos de consenso e de dissenso que precisam ser lembrados não na condição de monumentos parados no tempo, mas na condição de história viva marcada por desejos e vontades de inúmeras pessoas cujas vidas foram envolvidas até o seu limite máximo.

Hoje, tenho interesse em estudar e aprofundar mais sobre o processo de formação do Estado Nacional em Guiné-Bissau e penso poder contribuir mantendo o debate “vivo” na comunidade guineense, seja ela acadêmica ou não.

A minha preocupação, portanto, é realizar um estudo voltado para esta questão, procurando contribuir com dados que possam ser úteis tanto para a comunidade guineense quanto para a comunidade acadêmica interessada em compreender o processo de formação dos estados nacionais em África, e especificamente em Guiné-Bissau.

## **08. METODOLOGIA.**

A metodologia que será utilizada nesta pesquisa trata-se da revisão bibliográfica, que envolverá identificação e leitura de documentos oficiais, livros, teses, dissertações e artigos publicados em revistas acadêmico-científicas de circulação no Brasil e na Guiné-Bissau e entre outros, cuja temática aborda o processo de formação do Estado. É de salientar que este método vai nos permitir construir um trabalho baseando, fundamentalmente, em alguns autores que selecionamos como base essencial para sustentar o trabalho.

Gil (1946, p. 65) confirma-nos que “formulação do problema; elaboração do plano de trabalho; identificação das fontes; localização das fontes e obtenção do material; análise e interpretação dos dados redação do relatório” são formas para traçar uma “pesquisa documental”.

Por esta razão, no que diz respeito aos métodos, de acordo com Lakatos (2010, p. 4), a leitura de diversas “etapas” como, por exemplo, “exploratório” é normalmente a “leitura de sondagem tendo em vista localizar as informações, uma vez que já se tem conhecimento de sua existência”.

Assim, com este método de trabalho, pretendemos realizar um estudo de pesquisa que será estruturado em três momentos, que denominamos de fases, envolvendo o processo histórico da sociedade nacional guineense.

## 09. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMADO, L. **Guiné-Bissau, 30 anos de independência**. In: Studia Africana, v. 8, p. 109-135, 2005.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nação, identidades, e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamound, 2007.

AMIM, Samir. **O uso de conceitos falsos no discurso convencional sobre a África**. (org.) - Brasília: FUNAG, 2016. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/338025478/o-Resgate-Das-Ciencias-Humanas2016-Vol-4>>. Acessado em Mar. 2017.

BECKER, S. Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BULL, Benjamim Pinto. **O crioulo da Guiné-Bissau**: filosofia e sabedoria.- Lisboa: ICPLP, 1989.

CANDÉ, Monteiro A.O. **Guiné-Bissau: Da Luta Armada à construção do Estado Nacional**: conexões entre discurso de unidade nacional e diversidade étnica. TESE doutorado. (doutora em ciências sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2013.

CARDOSO, et Al. «**Da possibilidade do político na África lusófona**. Alguns subsídios teóricos» - Cadernos de Estudos Africanos [Online], 3 | 2002.

CARVALHO, M. A. **Política Externa da Guiné-Bissau**: Face aos novos paradigmas nas Relações Internacionais: Diplomacia e Cooperação Internacional. IIª ed. – Versão-Revista, Bissau-2015.

\_\_\_\_\_. **O desafio de reconstrução do estado na Guiné-Bissau**: o papel da CPLP. Lisboa: Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, 2009.

COOPER, Frederick. **Conflito e Conexão**: repensando a História Colonial da África. IN: Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 15, nº. 27, p. 21 – 73, julho de 2008.

EMBALÓ, Filomena. **O Crioulo da Guiné-Bissau**. Língua Nacional e fator de identidade nacional. IN: Pápiá 18 -2008, p. 101-107.

GIL, Carlos António. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUINÉ-BISSAU: **Recenseamento geral da população e habitação**. V1. 0. Bissau: INEC, 2009.

Historia Geral da África, VII: **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. rev. – Brasília: Unesco, 2010. P.1040.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. (Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino). 6º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

KOHL, Christopher. **Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo da Guiné-Bissau.**

IN: Revista Tensões Mundiais. Fortaleza, v.7, n.13, jul./dez. 2011.

KI-ZERBO, Joseph: **História da África Negra, Lisboa:** Publicações Europa-América, 2002.

LOPES, Carlos. **A Transição Histórica na Guiné-Bissau.** Bissau: Instituto Nacional de Pesquisa (INEP), Coleção “Kacu Martel”, nº2.1987.

Mané; Mamadú. **O Kaabú:** Uma das Grandes Entidades do Patrimônio Cultural do Senegambiano. Soronda – Revista dos Estudos Bissau-guineeses, Guiné-Bissau, ENEP, nº 11, 1989.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

Ministério da Economia do Plano e Integração Regional – **Segundo Documento de Estratégia Nacional de redução da Pobreza – DENARP II.** Bissau, 2011. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>>. Acesso em: 01 de Abr. de 2017.

LUÍS, Carlos Bresser-Pereira. **Nação, Estado e Estado-Nação** nº.157, EESP/FGV, p.2-12, 2008.

MACAMO, Elísio. **A maldição de estado.** IN: Universidade de Basileia, 2014. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/IV\\_Conf2014/Eliso\\_macamo\\_%20Abertura\\_maldicao%20do%20Estado.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/IV_Conf2014/Eliso_macamo_%20Abertura_maldicao%20do%20Estado.pdf). Acesso em 10 de maio de 2017.

NAMONE, D. **A Luta pela Independência na Guiné-Bissau e os Caminhos do Projeto Educativo do PAIGC:** etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014.

OLIVEIRA, Alda Rosa de Souza. **Poesia e Revolução:** A formação literária na Guiné-Bissau. Dissertação (Mestra em literatura e praticas sociais) – Universidade De Brasília, 2015.

PAIGC. – **Relatório do Comité Central.** IN: II Congresso Extraordinário: Renovação, Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia. Bissau, 1991.

SEMEDO, Jorge Rui. **O estado da Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais.** IN: Revista Tensões Mundiais. Fortaleza, v.7, n.13 jul./dez. 2011.

SOUSA, Soares Julião. **Guiné-Bissau: a destruição de um país –** desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional. Coimbra. 1º ed. Setembro, 2012.

SILVÉRIO, et al. **História Geral da África: século XVI ao século XX** / Valter Roberto Silvério {et al...}. \_ Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e Ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife: UFPE, 2013.

TEIXEIRA Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. UFPE/Recife, 2015.,

\_\_\_\_\_. **Sociedade Civil e Democratização na Guine Bissau, 1994-2006**. Dissertação (mestrado em sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2008. 132: il, quadro, tab.